



COMISSÃO DE REDAÇÃO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 192/11

Súmula: Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor João Luiz Fiani.

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor João Luiz Fiani.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 2011.



**ALEXANDRE CURTI
PRESEIDENTE**



RELATOR





COMISSÃO DE REDAÇÃO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 365/11

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Guarapuava, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Guarapuava, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art.2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 2011.

**ALEXANDRE CURI
PRESEIDENTE**

RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 372/11

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Ação Social e Educacional Ebenézer, com sede e foro no Município de Piraí do Sul.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Ação Social e Educacional Ebenézer, com sede e foro no Município de Piraí do Sul.

Art.2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESEIDENTE



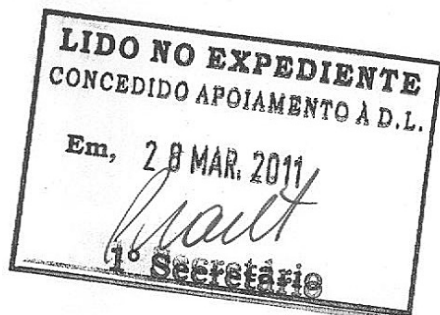
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D.L.
Fls. 01



PROJETO DE LEI Nº 227/11

Súmula: Altera o art. 1º da lei 16.695, de 20 de dezembro de 2010.

Art. 1º. O art. 1º da lei 16.695, de 20 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica declarada a utilidade pública do Centro de Convivência – CECAV, com sede e foro no Município de Arapongas, no Estado do Paraná”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em


LUIZ EDUARDO CHEIDA
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA:

A alteração ora proposta é necessária, tendo-se em vista que a Lei 16.695, sancionada em 20 de dezembro de 2010, declarou de utilidade pública o **Centro Cultural e Esportivo Arte & Vida**, todavia, a entidade tem outra denominação, sendo a seguinte: **Centro de Convivência Arte & Vida - CECAV**, com sede e foro no Município de Arapongas.

O **Centro de Convivência Arte & Vida** realiza fundamental trabalho nas comunidades mais carentes de Arapongas com crianças, adolescentes e jovens.

É de conhecimento da região as ações desenvolvidas pela instituição bem como a promoção e defesa de seus direitos conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente. Garantindo assim às crianças, adolescentes e jovens atividades por meio de oficinas, envolvendo as áreas artísticas, esportivas e culturais. Além dos serviços de assistência à saúde e o acesso ao mercado de trabalho.

A contribuição e atuação para o Paraná é mais do que merecida, cabendo a esta Casa o reconhecimento deste título de utilidade pública.

Assim sendo, espero contar com o apoio dos Pares desta Casa na aprovação da medida ora proposta.


LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 227/2011

Projeto de Lei nº. 227/2011

Autor: Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida

Súmula: Altera o art. 1º da Lei 16.695, de 20 de Dezembro de 2010. (Utilidade Pública-Centro de Convivência – CECAV).

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI 16.695/2010 – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida, tem por objetivo modificar a Lei Estadual nº. 16.695/2010, a fim de modificar o Nome da Entidade declarada de Utilidade Pública para Centro de Convivência Arte e Vida – CECAV, tendo em vista a modificação do Estatuto Social da Entidade.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

No entanto, tendo em vista que o nome correto da Entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual é "**Centro de Convivência Arte e Vida – CECAV**", consoante o respectivo Estatuto Social, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com a finalidade de adequar o nome da mesma constante no artigo 1º, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

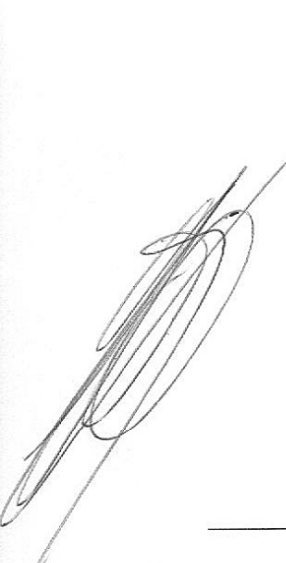

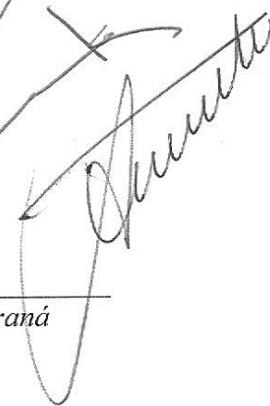
CONCLUSÃO


Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** na forma da **Emenda Modificativa** em anexo.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 2011.


DEPUTADO CAIO QUINTANA
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 227/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarada a utilidade pública do Centro de Convivência **Arte e Vida** – CECAV, com sede e foro no Município de Arapongas, no Estado do Paraná".

Sala das Comissões, em 14 de junho de 2011.

DEPUTADO CAIO QUINTANA
PRESIDENTE

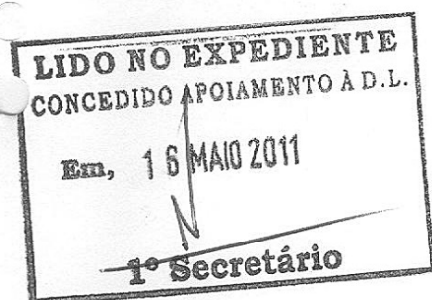
DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR

Praca Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury

PROJETO DE LEI Nº 399/11



Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Agropecuaristas Assentados na Fazenda Bela Vista - AFABEVI.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a **Associação dos Agropecuaristas Assentados na Fazenda Bela Vista – AFABEVI**, com sede e foro no Município de Ventania.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 2011.


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A propositura em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública, a Associação dos Agropecuaristas Assentados na Fazenda Bela Vista – AFABEVI, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade promover estímulo ao desenvolvimento progressivo e a defesa às atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 399/2011

Projeto de Lei nº. 399/2011

Autor: Deputado Estadual Alexandre Curi

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS AGROPECUARISTAS ASSENTADOS NA FAZENDA BELA VISTA - AFABEVI**, com sede e foro no Município de Ventania.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS AGROPECUARISTAS ASSENTADOS NA FAZENDA BELA VISTA - AFABEVI**, com sede e foro no Município de Ventania, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

No entanto, tendo em vista que o foro correto da Entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual é no Município de Tibagi, consoante o respectivo Estatuto Social, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com a finalidade de adequar o nome da mesma constante na Súmula e no artigo 1º, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** na forma da **Emenda Modificativa** em anexo.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 2011.


DEPUTADO CAIO QUINTANA
PRESIDENTE


DEPUTADO DUÍLIO GENARI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 399/2011

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

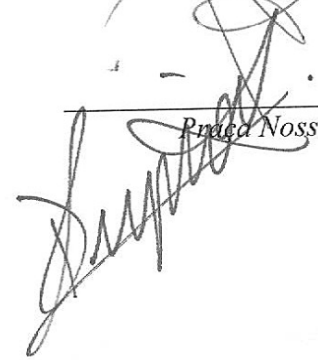

"Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DOS AGROPECUARISTAS ASSENTADOS NA FAZENDA BELA VISTA - AFABEVI, com sede no Município de Ventania e **foro no Município de Tibagi, Estado do Paraná**".

"Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública estadual ASSOCIAÇÃO DOS AGROPECUARISTAS ASSENTADOS NA FAZENDA BELA VISTA - AFABEVI, com sede no Município de Ventania e **foro no Município de Tibagi, Estado do Paraná**".

Sala das Comissões, em 14 de junho de 2011.


DEPUTADO CAIO QUINTANA
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

2ª VICE-PRESIDÊNCIA - DEPUTADO AUGUSTINHO ZUCCHI

D. L.

Fls. 02

Projeto de Lei nº 436/11

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 23 MAIO 2011

1º Secretário

DECRETA:

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a
"REMAP - REMANSO DA
PEDREIRA, com sede e foro no
município de Pato Branco;

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a
REMAP - Remanso da Pedreira, município de Pato Branco - PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 2.011.

DEPUTADO AUGUSTINHO ZUCCHI

16:48 23/05/2011 003546 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

2ª VICE-PRESIDÊNCIA - DEPUTADO AUGUSTINHO ZUCCHI

D. L.

Fls. 03

JUSTIFICATIVA:

A REMAP – Remanso da Pedreira, entidade localizada no município de Pato Branco, tem como objetivo promover o amparo e o desenvolvimento integral das crianças e jovens em situação de pobreza do município, através de projetos que valorizam a saúde, a educação, a ética, o desporto, o lazer e a capacitação profissional, promovendo o seu bem estar físico e emocional.

A entidade já é Declarada de Utilidade Pública Municipal e está devidamente cadastrada no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal de Assistência Social.

Por esses motivos entendemos que a REMAP torna-se merecedora ser declarada de utilidade pública estadual, pelos relevantes serviços prestados à comunidade a qual representa e pela qualidade e dedicação de seu trabalho em prol da melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes de nosso Estado.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 436/2011

Projeto de Lei nº. 436/2011

Autor: Deputado Estadual Augustinho Zucchi

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **"REMAP – REMANSO DA PEDREIRA"**, com sede e foro no Município de Pato Branco.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA –
LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS –
PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Augustinho Zucchi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **"REMAP – REMANSO DA PEDREIRA"**, com sede e foro no Município de Pato Branco.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 2011.


DEPUTADO CAIO QUINTANA
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI Nº 469/11

Súmula: Reajusta, conforme especifica, o vencimento básico dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º Fica concedido reajuste no percentual de 11,55% (onze vírgula cinquenta e cinco por cento) na referência salarial inicial das tabelas do vencimento básico, com o consequente reflexo nos intervéis, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão dos Quadros de Servidores Ministério Público do Estado do Paraná, em observância ao disposto no inciso X, do artigo 27, da Constituição Estadual e no art. 5º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009.

§ 1º A aplicação do percentual a que se refere o *caput* deste artigo é o resultado do somatório do índice IPCA acumulado, relativo ao período compreendido entre os meses de maio de 2010 e abril de 2011 (6,51%), e entre os meses compreendidos entre maio de 2007 a abril de 2008 (5,04%).

§ 2º O disposto nesta lei se aplica aos inativos originários do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 41/2003 sem paridade assegurada.

§ 3º. Ficam reajustados, no mesmo percentual, os proventos de aposentadoria e os benefícios dos geradores de pensão do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Paraná, concedidos com fundamento no artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no artigo 2º da mesma emenda, regulamentada pela Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 2º A concessão do reajuste nos percentuais fixados no artigo anterior e a implementação em folha de pagamento ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, ao comportamento da receita ao longo do exercício de 2011 e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º. As tabelas dos Anexos I, II, III, IV e V da Lei nº 16.535, de 30 de junho de 2010, passam a vigorar com os valores dos Anexos I, II, III, IV e V da presente lei.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná e pela Parana Previdência, nos casos que lhe couberem.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de maio de 2011.

9



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

TABELAS DE VENCIMENTOS DO QUADRO DE SERVIDORES

TABELA I		
GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO		
NÍVEL	Lei Est. 16535/10 Vigência 01/05/2010	SITUAÇÃO PROPOSTA
1	R\$ 1.259,93	R\$ 1.405,45
2	R\$ 1.288,83	R\$ 1.437,69
3	R\$ 1.319,04	R\$ 1.471,39
4	R\$ 1.349,94	R\$ 1.505,86
5	R\$ 1.381,56	R\$ 1.541,13
6	R\$ 1.413,92	R\$ 1.577,23
7	R\$ 1.447,05	R\$ 1.614,18
8	R\$ 1.480,96	R\$ 1.652,01
9	R\$ 1.515,65	R\$ 1.690,71
10	R\$ 1.551,17	R\$ 1.730,33
11	R\$ 1.587,48	R\$ 1.770,83
12	R\$ 1.624,68	R\$ 1.812,33
13	R\$ 1.662,76	R\$ 1.854,81
14	R\$ 1.701,71	R\$ 1.898,26
15	R\$ 1.741,57	R\$ 1.942,72
16	R\$ 1.782,37	R\$ 1.988,23
17	R\$ 1.824,15	R\$ 2.034,84
18	R\$ 1.866,87	R\$ 2.082,49
19	R\$ 1.910,59	R\$ 2.131,26
20	R\$ 1.955,37	R\$ 2.181,22
21	R\$ 2.001,17	R\$ 2.232,31
22	R\$ 2.048,04	R\$ 2.284,59

TABELA II		
GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO		
NÍVEL	Lei Est. 16535/10 Vigência 01/05/2010	SITUAÇÃO PROPOSTA
1	R\$ 2.079,45	R\$ 2.319,63
2	R\$ 2.128,16	R\$ 2.373,96
3	R\$ 2.178,05	R\$ 2.429,61
4	R\$ 2.229,07	R\$ 2.486,53
5	R\$ 2.281,29	R\$ 2.544,78
6	R\$ 2.334,75	R\$ 2.604,41
7	R\$ 2.389,47	R\$ 2.665,45
8	R\$ 2.445,42	R\$ 2.727,87
9	R\$ 2.502,72	R\$ 2.791,78
10	R\$ 2.561,36	R\$ 2.857,20
11	R\$ 2.621,39	R\$ 2.924,16
12	R\$ 2.682,82	R\$ 2.992,69
13	R\$ 2.745,66	R\$ 3.062,78
14	R\$ 2.809,99	R\$ 3.134,54
15	R\$ 2.875,81	R\$ 3.207,97
16	R\$ 2.943,22	R\$ 3.283,16
17	R\$ 3.012,16	R\$ 3.360,06
18	R\$ 3.082,72	R\$ 3.438,77
19	R\$ 3.154,96	R\$ 3.519,36
20	R\$ 3.228,90	R\$ 3.601,84
21	R\$ 3.304,54	R\$ 3.686,21
22	R\$ 3.381,99	R\$ 3.772,61

TABELA III		
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR		
NÍVEL	Lei Est. 16535/10 Vigência 01/05/2010	SITUAÇÃO PROPOSTA
1	R\$ 3.965,81	R\$ 4.423,86
2	R\$ 4.058,76	R\$ 4.527,55
3	R\$ 4.153,83	R\$ 4.633,60
4	R\$ 4.251,15	R\$ 4.742,16
5	R\$ 4.350,77	R\$ 4.853,28
6	R\$ 4.452,71	R\$ 4.967,00
7	R\$ 4.557,02	R\$ 5.083,36
8	R\$ 4.663,78	R\$ 5.202,45
9	R\$ 4.773,09	R\$ 5.324,38
10	R\$ 4.884,91	R\$ 5.449,12
11	R\$ 4.999,37	R\$ 5.576,80
12	R\$ 5.116,50	R\$ 5.707,46
13	R\$ 5.236,39	R\$ 5.841,19
14	R\$ 5.359,06	R\$ 5.978,03
15	R\$ 5.484,62	R\$ 6.118,09
16	R\$ 5.613,13	R\$ 6.261,45
17	R\$ 5.744,63	R\$ 6.408,13
18	R\$ 5.879,22	R\$ 6.558,27
19	R\$ 6.016,98	R\$ 6.711,94
20	R\$ 6.157,95	R\$ 6.869,19
21	R\$ 6.302,27	R\$ 7.030,18
22	R\$ 6.449,91	R\$ 7.194,87

Fls. 09
PROCOLO
D.L.
Fls. 03
21

2



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO DE OFICIAIS DE PROMOTORIA

OFICIAL DE PROMOTORIA			
NÍVEL	Lei Est 16535/10 Vigência 01/05/2010	SITUAÇÃO PROPOSTA	
1	R\$ 625,80	R\$	698,08
2	R\$ 644,59	R\$	719,04
3	R\$ 663,92	R\$	740,60
4	R\$ 683,83	R\$	762,81
5	R\$ 704,34	R\$	785,69
6	R\$ 725,47	R\$	809,26
7	R\$ 747,25	R\$	833,56
8	R\$ 770,14	R\$	859,09
9	R\$ 792,74	R\$	884,30
10	R\$ 816,54	R\$	910,85
11	R\$ 841,02	R\$	938,16
12	R\$ 866,26	R\$	966,31
13	R\$ 892,24	R\$	995,29
14	R\$ 919,01	R\$	1.025,16
15	R\$ 946,59	R\$	1.055,92
16	R\$ 974,98	R\$	1.087,59
17	R\$ 1.004,21	R\$	1.120,20
18	R\$ 1.034,36	R\$	1.153,83
19	R\$ 1.065,39	R\$	1.188,44
20	R\$ 1.097,34	R\$	1.224,08
21	R\$ 1.130,26	R\$	1.260,81
22	R\$ 1.164,17	R\$	1.298,63

fls. 05

PROTOCOLO

D.L.

Fls. 04

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

fls. 06

PROTÓCOLO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

TABELA DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

D.L.

Fla. 05

Lei Estadual n.º 16535/2010
Vigência 01/05/2010

Situação Proposta

DENOMINAÇÃO	Nº DE FUNÇÕES	VALOR
GF 1	30	R\$ 194,45
GF 2	30	R\$ 259,24
GF 3	30	R\$ 324,06

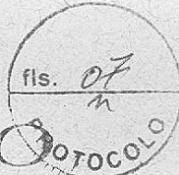
DENOMINAÇÃO	Nº DE FUNÇÕES	VALOR
GF 1	30	R\$ 216,91
GF 2	30	R\$ 289,18
GF 3	30	R\$ 361,49

9



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV

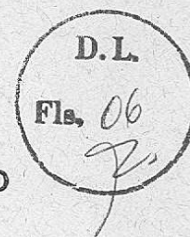


TABELA DE VENCIMENTOS E GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO

Lei Estadual n.º 16535/2010
Vigência 01/05/2010

Situação Proposta

DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO	GRATIF. DE REPRESENTAÇÃO
DAS-1	R\$ 556,13	R\$ 847,45
DAS-2	R\$ 490,84	R\$ 745,01
DAS-3	R\$ 457,46	R\$ 694,32
DAS-4	R\$ 391,15	R\$ 593,71
DAS-5	R\$ 357,78	R\$ 543,00
Assistente 1-C	R\$ 230,88	R\$ 135,68
Assistente 2-C	R\$ 213,22	R\$ 125,30
Assistente 3-C	R\$ 196,83	R\$ 115,68

DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO	GRATIF. DE REPRESENTAÇÃO
DAS-1	R\$ 620,36	R\$ 945,33
DAS-2	R\$ 547,53	R\$ 831,06
DAS-3	R\$ 510,30	R\$ 774,51
DAS-4	R\$ 436,33	R\$ 662,28
DAS-5	R\$ 399,10	R\$ 605,72
Assistente 1-C	R\$ 257,55	R\$ 151,35
Assistente 2-C	R\$ 237,85	R\$ 139,77
Assistente 3-C	R\$ 219,56	R\$ 129,04

9



MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Paraná
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO V

GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE ENCARGOS ESPECIAIS

fls. 07

D.L.

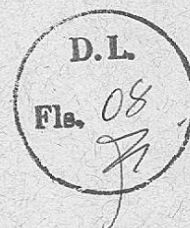
Fls. 07

SÍMBOLO	CORRESPONDÊNCIA	Lei Est 16535/10 Vigência 01/05/2010	SITUAÇÃO PROPOSTA
DAS-1	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR NÍVEL 22	R\$ 6.449,91	R\$ 7.194,87
DAS-2	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 90% DO NÍVEL 22	R\$ 5.804,92	R\$ 6.475,39
DAS-3	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 80% DO NÍVEL 22	R\$ 5.159,93	R\$ 5.755,89
DAS-4	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 70% DO NÍVEL 22	R\$ 4.514,93	R\$ 5.036,41
DAS-5	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 60% DO NÍVEL 22	R\$ 3.869,93	R\$ 4.316,93
1-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO NÍVEL 22	R\$ 3.381,99	R\$ 3.772,61
2-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 90% DO NÍVEL 22	R\$ 3.043,79	R\$ 3.395,35
3-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 80% DO NÍVEL 22	R\$ 2.705,59	R\$ 3.018,09



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe o reajuste de 11,55% (onze vírgula cinquenta e cinco por cento) na referência inicial das tabelas do vencimento básico, com o consequente reflexo nos intervéis, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão dos Quadros de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná (art. 1º).

A presente proposta consubstancia reposição salarial e encontra amparo na revisão geral anual, assegurada pelo inciso X, do art. 27, da Constituição do Estado, a todos servidores estaduais, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio do mês em curso, data base da categoria instituída pelo art. 5º da Lei nº 16.175, de 10 de julho de 2009. Impende salientar que, por conta desta garantia constitucional, tramitaram nessa egrégia Assembleia Legislativa projetos de leis dispondo sobre a concessão de semelhante reposição aos servidores do Poder Executivo (Projeto de Lei nº 395/11), do Poder Legislativo (Projeto de Lei nº 414/11) e Poder Judiciário (Projeto de Lei nº 408/11).

A aplicação do percentual de 11,55%, extensível aos servidores inativos e pensionistas, (art. 1º, §§ 2º e 3º), representa o resultado do somatório do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado, relativo ao período compreendido entre os meses de maio de 2010 e abril de 2011 (6,51%) e maio de 2007 e abril de 2008 (5,04%). Cumpre esclarecer, em relação a este último índice (5,04%), que não foi o mesmo concedido na época oportuna porquanto o Ministério Público, em razão de dificuldade orçamentária e financeira, promovia defasada¹ reposição anual na remuneração dos seus servidores.

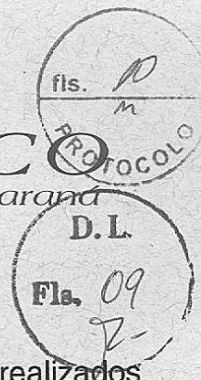
¹ Diversamente dos servidores do Poder Judiciário (Lei nº 15.639/2007), do Poder Executivo (Lei nº 15.512/2007) e do Tribunal de Contas (Lei nº 15.748/2007), no ano de 2007 os servidores do Ministério Público não obtiveram recomposição nos seus vencimentos relativa à perda inflacionária





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Registre-se ainda que, conforme estudos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos – DAFRE, o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, no montante de R\$ 504.582,94 (quinhentos e quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos), corresponde a um acréscimo de 2,16% (dois vírgula dezesseis por cento), tendo referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 16.739, de 29.12.2010), conforme Informação nº 0727/11, do Departamento Financeiro - DF.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 0729/11) que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição (computados os ativos e inativos) no presente exercício (mai/dez), será de 0,026% em relação à receita corrente líquida, passando com este acréscimo para 1,454%, donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 09 de maio próximo passado.

do período de 2006 a 2007, o que só veio a se concretizar no ano seguinte, por meio da Lei nº 15.914/2008).



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

119. 02
n
PROTOCOLO

Ofício nº 929/11-GAB

Curitiba, 26 de maio de 2011.

D.L.
Fls. 10
22

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 JUN. 2011

1º Secretário

I. À DAP p/ leitura no
Expediente.
II. À DL p/ manifestações
E, 30 maio 2011

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência o incluso *Anteprojeto* que dispõe sobre a recomposição anual dos vencimentos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Paraná.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Procurador Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 11009
EM 27.05.2011
<i>Marcelo</i>
FUNÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 469/11

Projeto de Lei nº. 469/11
Autor: Ministério Público

Súmula: Reajusta, conforme especifica, o vencimento básico dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: CONCEDE REAJUSTE AO VENCIMENTO BÁSICO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 27, 65 E 114 DA CE. ART. 127 DA CF. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Ministério Público propõe reajuste de 11,55% (onze vírgula cinquenta e cinco por cento) na referência inicial das tabelas do vencimento básico, com o conseqüente reflexo nos interníveis, de todos os ocupantes de cargos efetivos e de provimento em comissão dos Quadros de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Procurador Geral de Justiça, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição Estadual, em seu artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

O jurista José Afonso da Silva leciona que "(...) das normas constitucionais sobre o Ministério Público, que lhe afirmam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional e lhe asseguram autonomia administrativa, facultando-lhe, observado o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

disposto no art. 169, '**propor ao Poder Legislativo** a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos, **a política remuneratória** e os planos de carreira'. Dá-se-lhe, assim, **o poder de iniciativa de leis nessas matérias**'¹.

Além disso, foi respeitado o artigo 27 da Constituição Estadual, o qual estabelece que a remuneração dos servidores somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e

¹ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros Editores. SP.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

financeira, tendo em vista que o mesmo foi apresentado em sua justificativa.

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor ao Poder Legislativo o reajuste do vencimento básico de seus servidores.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

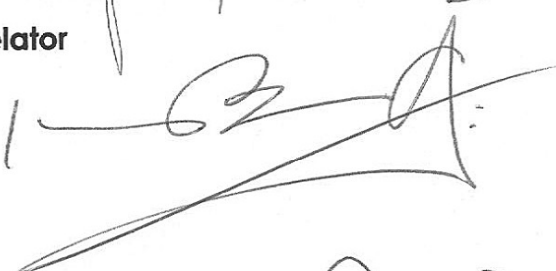
CONCLUSÃO


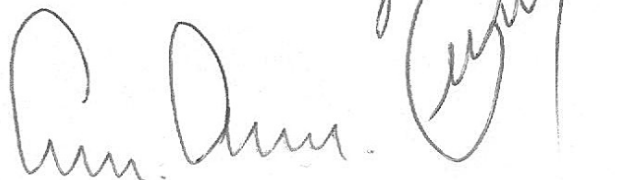
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2011.


DEPUTADO CAITO QUINTANA
Presidente


DEPUTADO NEREU MOURA
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 469/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo § 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Ministério Público, que dispõe sobre a recomposição anual dos vencimentos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Paraná, no percentual de 11,55% (onze vírgula cinquenta e cinco por cento).

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que compete a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná e pela Parana Previdência, nos casos que lhe couberem.

Conforme constata-se na própria justificativa do autor, a concessão do reajuste, fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, e ainda em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

De igual modo, estudos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos-DAFRE, nos mostram que o impacto financeiro mensal na folha de pagamento é no montante de R\$504.582,94 (quinhentos e quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos), tendo a despesa previsão na Lei Orçamentária Anual nº. 16.739, de 29 de dezembro de 2010.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Com base no acima exposto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR